

**PARECER Nº 79, DE 2018 – PLEN/SF**  
(Em substituição à CAS, à CDH e à CCJ)

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco Moderador/PTB - PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a presente proposição visa consolidar no ordenamento jurídico critérios que criem segurança jurídica, para os magistrados e seus jurisdicionados, no tocante à aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

A banalização da aplicação da desconsideração pelos tribunais brasileiros, especialmente sob a ótica das relações trabalhistas e de consumo, tem sido um dos fatores que mais provocam desestímulo à criação de novas empresas, bem como o motivo da falência de muitas outras, além de desincentivar a geração de empregos.

Nesse ponto, é importante consignar que a própria criação da figura da pessoa jurídica tem como escopo a autonomia patrimonial, ou seja, constitui-se um instrumento jurídico que objetiva separar o sócio de sua empresa.

Por outro lado, para evitar fraudes e punir abusos jurídicos com fins de lesar aqueles que se relacionam com as pessoas jurídicas é que surge a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

Vale ressaltar os avanços promovidos pelo novo Código de Processo Civil. Além disso, o Código Civil prevê, em seu art. 50, os requisitos e hipóteses legais que ensejariam a decretação da desconsideração da personalidade jurídica, sendo que é este o diploma que melhor traduz a aplicação justa e correta desse instituto.

A ideia original do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2014, era a criação de uma lei especial para disciplinar a desconsideração da personalidade jurídica. Ao fazer essa opção, a proposta não deixou claros os impactos eventuais de suas normas inovadoras em outros ramos do Direito, como o civil, o processual civil, o trabalhista, do consumidor e empresarial. Nesse sentido, a proposição poderia terminar por produzir mais insegurança jurídica e, quiçá, mais retardamento na prestação jurisdicional.

Em nosso entendimento – e cremos que essa é uma solução conciliatória –, o ideal é a correção de alguns dispositivos específicos da legislação trabalhista, do Código do Consumidor e do Código de Processo Civil. Portanto, o objetivo do substitutivo em tela é uniformizar as aplicações dos procedimentos e parâmetros previstos no novo Código de Processo Civil com respeito ao Código de Defesa do Consumidor e da lei que instituiu a reforma trabalhista, de modo a evitar incongruências, trazer mais segurança jurídica, definir um marco equilibrado e justo, de modo a estimular o empreendedorismo e coibir abusos e fraudes contra os consumidores e trabalhadores.

As primeiras inovações do substitutivo:

1) É um dispositivo para vedar expressamente que o juiz desconsidere a personalidade jurídica de ofício, em consonância com o art. 133 do Código de Processo Civil;

2) Estabelece que a desconsideração da personalidade jurídica em razão do mero inadimplemento não poderá implicar a penhora de bens que os sócios tinham antes de entrar na pessoa jurídica, salvo fraude. Essa regra acabará sendo aplicada em dívidas trabalhistas, em dívidas de consumidor e em outros casos em que é admitida a desconsideração pelo mero inadimplemento. No caso, porém, em que a desconsideração se basear no art. 50 do Código Civil, ou seja, se houver prova de abuso dos sócios, aí, sim, todos os seus bens podem ser penhorados, ainda que anteriores ou preexistentes ao seu ingresso na pessoa jurídica.

3) Altera o Código de Defesa do Consumidor para prever que a má administração não é causa para a desconsideração da personalidade jurídica; é necessário que haja o componente de má-fé.

4) Prevê que os sócios sem influência na gestão da empresa... E isto é largamente sabido: sócios minoritários que não têm qualquer responsabilidade na gestão da empresa se veem hoje atingidos pela desconsideração da personalidade jurídica, o que

representa um desincentivo à atividade empresarial e, mais do que isso, a existência de fundos que se destinem a capitalizar as empresas, sobretudo olhando na perspectiva do mercado de capitais que o Brasil quer ver desenvolvido e florescente.

No tocante à Emenda nº 1, do Senador Paulo Paim, temos que o atual art. 855-A da CLT, que foi inserido pela Lei nº 13.467, já disciplina o procedimento da desconsideração da personalidade jurídica em processos trabalhistas, determinando a aplicação do procedimento previsto nos processos civis, fato que, aliado às ideias supracitadas, recomenda, portanto, a rejeição da Emenda nº 1.

Quanto à Emenda nº 2, do Senador Ricardo Ferraço, que pretende a incidência da nova lei a todos os processos imediatamente, acolhemo-la parcialmente, pois, em virtude da proibição constitucional à retroatividade de leis contra ato jurídico perfeito, a nova lei, ao menos em questão de direito material, não pode ter incidência imediata em relação a dívidas vencidas anteriormente à sua entrada em vigor.

Ante o exposto, o voto, Sr. Presidente, é pela rejeição da Emenda nº 1 de Plenário, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2 e pela aprovação do PLC nº 69, na forma do Substitutivo apresentado.

Era esse, Sr. Presidente, o parecer.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – Senador Romero.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – A Liderança do Governo defende e encaminha favoravelmente à proposta do Senador Armando Monteiro, lembrando que foi feito um amplo entendimento com o Governo para que esse projeto possa ser sancionado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/PMDB - CE) – O parecer do Senador Armando Monteiro é favorável à matéria, contrário à Emenda nº 1 de Plenário e pelo acolhimento parcial da Subemenda 2 de Plenário, na forma da Emenda nº 3 de Plenário e Substitutivo que ele oferece.